STJ00046407

HÉCTOR VALVERDE SANTANA

DE
JUSTIÇA
BIBLIOTECA

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

BIBLIOTECA DE DIREITO DO CONSUMIDOR – v. 22

EDITORA
REVISTA DOS TRIBUNAIS

INSTITUTO BRASILEIRO DE POLÍTICA E DIREITO DO CONSUMIDOR
Biblioteca de Direito do Consumidor – v. 22

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

HÉCTOR VALVERDE SANTANA

339.379.8(81)
S232p
esc.1

Atualização até outubro de 2002.

001741
BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA
Nº DATA
570862 19/11/2003

© desta edição: 2003

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

Diretor Responsável: CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO FILHO

Visite o nosso *site:* www.rt.com.br

CENTRO DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR: Tel. 0800-11-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Rua do Bosque, 820 • Barra Funda
Tel. (0xx11) 3613-8400 • Fax (0xx11) 3613-8450
CEP 01136-000 - São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Impresso no Brasil

ISBN 85-203-2324-3

SUMÁRIO

PREFÁCIO – DES. MARIO MACHADO 7

APRESENTAÇÃO 9

1. ASPECTOS GERAIS DA PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

1.1 Síntese histórica 15
1.2 Fundamentos 20
1.3 Prescrição e usucapião 23

2. DISTINÇÃO ENTRE PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

2.1 Atecnia do Código Civil de 1916 26
2.2 Teoria de Antonio Luiz da Câmara Leal 27
2.3 Teoria de Agnelo Amorim Filho 30
2.4 Posição do Código Civil de 2002 32

3. DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO E SUA VINCULAÇÃO COM O TEMPO

3.1 Fundamento constitucional do direito das relações de consumo 37
3.2 Elementos estruturais do direito das relações de consumo 44
3.2.1 Normas de ordem pública e interesse social 44
3.2.2 Vulnerabilidade do consumidor 46
3.2.3 Boa-fé objetiva 48
3.2.4 Solidariedade entre os fornecedores 50
3.2.5 Responsabilidade objetiva 54
3.3 Relação jurídica de consumo 56
3.3.1 Sujeitos 63
3.3.2 Objeto 68
3.4 Tempo como fato jurídico 70

4. PRESCRIÇÃO NO DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

4.1 Fundamento legal da prescrição no Código de Defesa do Consumidor 74

4.2 Casos de prescrição da pretensão consumerista regulados pelo Código Civil 77
4.2.1 Serviço de hotelaria e alimentação 78
4.2.2 Serviço de seguro 79
4.2.3 Serviços prestados por profissionais liberais 84
4.3 Renúncia da prescrição 85
4.4 Momento de alegação da prescrição 87
4.5 Conhecimento de ofício pelo juiz da prescrição da pretensão consumerista 89
4.6 Causas obstativas da prescrição 94
4.7 Contagem do prazo prescricional 99
4.8 Prescrição da ação coletiva 101

5. DECADÊNCIA NO DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO
5.1 Fundamento legal da decadência no Código de Defesa do Consumidor 110
5.2 Classificação dos bens: produtos e serviços duráveis e não duráveis 115
5.3 Vícios aparentes, vícios de fácil constatação e vícios ocultos 118
5.4 Contagem do prazo decadencial 120
5.5 Suspensão e interrupção da decadência 123
5.6 Causas que obstam a decadência 128
5.6.1 Reclamação perante o fornecedor 128
5.6.2 Instauração de inquérito civil 129
5.6.3 Veto ao inc. II do § 2.° do art. 26 do CDC 132

CONCLUSÕES 135

BIBLIOGRAFIA 141

OBRAS PUBLICADAS NESTA SÉRIE 149